

ENGENHO MERCÊS E ILHA DE TATUOCA: EXEMPLOS DE VULNERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

Nayma Schonardie Rapkiewicz (*), Stevam Gabriel Alves, Solange Laurentino dos Santos

* Instituto Federal do Rio Grande do Sul – Câmpus Porto Alegre, naymarapy@gmail.com

RESUMO

Nos últimos anos, as obras de expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) foram responsáveis por uma série de injustiças socioambientais, que se materializam em um profundo processo de descaracterização de comunidades tradicionais localizadas no seu interior. Essas injustiças proporcionaram situações de vulnerabilização socioambiental através das atividades produtivas de dois grandes empreendimentos: A Refinaria Abreu e Lima e o Estaleiro Atlântico Sul. Dessa forma, o presente trabalho terá como objetivo identificar quais os processos de vulnerabilização socioambiental que ocorrem nas comunidades de estudo Engenho Mercês e Ilha de Tatuoca, no qual, estão localizados os empreendimentos citados. Os procedimentos metodológicos utilizados foram: I) vistorias de campo, II) Entrevistas semiestruturadas; III) Técnica de Saturação teórica dos dados; IV) Pesquisa Biliográfica; V) Registros Fotográficos. Como resultado, a pesquisa identificou algumas situações de vulnerabilização socioambientais advindas das atividades industriais, tais como: poluição hídrica, sonora e atmosférica; diminuição dos recursos naturais e processos de desterritorialização. Dessa forma, torna-se evidente que a expansão do CIPS através da chegada de novas indústrias, são os responsáveis diretos pelos processos de vulnerabilização que atinge os moradores das comunidades estudadas, interferindo diretamente nas relações entre homem e meio ambiente.

PALAVRA-CHAVE: vulnerabilização, socioambiental, Mercês, Tatuoca.

INTRODUÇÃO

O Brasil possui uma grande diversidade sociocultural que se expressam pelas comunidades tradicionais, através da pluralidade de etnias, línguas, comportamentos, saberes e modos de vida (SILVA, 2007). Para o autor, a principal questão para essas comunidades é o acesso ao território, pois, é nele que se dão suas práticas culturais e socioambientais como: o manejo dos recursos naturais, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção, a endoculturação, a reprodução dos saberes tradicionais, os acontecimentos e/ou fatos históricos que compõe e identidade do grupo etc.

Outro ponto que caracteriza a singularidade desses povos, são seus processos produtivos marcados pela economia de subsistência, no qual a produção é determinada por questões ligadas às necessidades versus possibilidades. É importante destacar as dificuldades enfrentadas por esses povos no campo político e econômico, sobretudo no que diz respeito ao reconhecimento das suas formas de organização social (SILVA,2007).

As comunidades tradicionais são definidas pelo uso sustentável da terra, pelo destino da sua produção e o seu vínculo territorial, incluindo sua situação fundiária, pela importância que os ciclos naturais têm nas suas práticas produtivas, pelo uso que fazem dos recursos renováveis e as práticas de uso comunitário dos mesmos, pelo seu conhecimento profundo do ecossistema no qual vivem e pelo uso de tecnologias de baixo impacto ambiental, por sua organização social, na qual a família extensa representa papel importante, também por suas expressões culturais e as inter-relações com outros grupos da região (LITTLE,2005).

Pelo fato de desenvolverem processos históricos diferenciados em relação a outros segmentos sociais brasileiros, ocasionou ao mesmo tempo uma riqueza sociocultural e invisibilidade perante a sociedade moderna e as políticas públicas de modo geral.

Essa invisibilidade dos povos tradicionais, acarreta a ausência de políticas públicas em questões primordiais, como no acesso à terra, à saúde e educação, tornando-as vulnerabilizadas e ao mesmo tempo impedidas de reproduzir suas práticas culturais, sociais e econômicas.

Um grande problema enfrentado pelos povos tradicionais atualmente são a sobreposição de territórios. Devido a vulnerabilidade desses povos, grandes projetos homogeneizadores de espaço como complexos industriais,

A pesquisa bibliográfica realizada através de artigos disponibilizados na internet, dissertações, teses, foram de fundamental importância para o entendimento de alguns conceitos chave. Além disso, o EIA/RIMA da Refinaria Abreu e Lima e Estaleiro Atlântico Sul, e banco de dados da CPRH foram de grande utilidade para o conhecimento das atividades produtivas desses empreendimentos que estão localizados nas comunidades estudadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A expansão sem planejamento, crescimento econômico baseado em um modelo capitalista predador, não inclusivo, com devastação ambiental e indústrias sujas, continua sendo a marca do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS). A atração por indústrias altamente agressoras ao meio ambiente, aliado a perdas e injustiças cometidas como: violações dos direitos fundiários, alteração do ecossistema marinho, emissões de efluentes industriais e poluentes atmosféricos, desestruturação de relações simbólicas da população com o lugar, alterações na saúde das populações, junto a isso, a ausência de políticas públicas que possibilitem sua reprodução social, são as principais causas de vulnerabilização das comunidades localizadas no interior do CIPS (COSTA, 2014; AGB, 2011).

A COMUNIDADE ENGENHO MERCÊS

Como resultado da pesquisa, foram identificadas populações em processos de vulnerabilização por atividades produtivas que se distinguem. A comunidade de Engenho Mercês era composta por cerca de 400 famílias, mas boa parte foi desterritorializada para a implantação da Refinaria Abreu e Lima (Fig.02).



Figura 2: Refinaria Abreu e Lima

As atividades desse empreendimento como o armazenamento e transporte do petróleo e derivados, e o refino responsável pela emissão de efluentes e emissões atmosféricas, atingem diretamente a comunidade, interferindo diretamente na saúde as populações. Junto a esse fato, existe o risco de grandes acidentes que vão além dos limites físicos da indústria, atingindo seu entorno, com efeitos eco toxicológicos de curto, médio e longo prazo, o que pode resultar numa série de graves eventos, afetando a condição humana dessa população e as vulnerabilizando.

A COMUNIDADE ILHA DE TATUOCA

Os moradores da Ilha de Tatuoca, em sua maioria, vivem basicamente da pesca artesanal, porém, essa atividade vem diminuindo bruscamente, pois, a comunidade vem sendo progressivamente desterritorializada, a partir de processos atropelados pela dinâmica do crescimento econômico do estado, e o ambiente natural segue sofrendo profundas modificações em suas características originais (DOMINGUES, et.al., 2014).

Devido à implantação dos Estaleiros Atlântico Sul (Fig.03) uma série de impactos ambientais surgiram, tais como: desmatamento de vastas áreas, supressão de manguezais, redução na reprodução e densidade de inúmeras espécies crustáceas nativos dos mangues, como siri, aratu e caranguejo e alteração no ecossistema marinho devido as dragagens.



Figura 3: Estaleiro Atlântico Sul

Os conflitos derivados desta realidade complexa manifestam-se de forma concreta e afetam diretamente a saúde humana e o ambiente, inviabilizam ou restringem a reprodução social dos moradores dessa comunidade.

CONCLUSÃO

Em conclusão, foi identificado que os processos de industrialização dos empreendimentos citados no Complexo Industrial Portuário de Suape, são os responsáveis diretos pelos processos de vulnerabilização que atinge os moradores da Ilha de Tatuoca e Engenho Mercês em variadas esferas de suas vidas, tais como: na sua cultura, crença, identidade, saúde, moradia e também em seu trabalho e ambiente, interferindo nas relações entre homem e meio ambiente, determinando ou contribuindo para a existência de condições e situações de vulnerabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ACSELRAD, Henri (2010), “Vulnerabilidade, processos e relações”, in Heline Sivini Ferreira; José Rubens Morato Leite e Larissa Verri Boratti (orgs.), Estado de direito ambiental: tendências. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 95-103 [2.a ed.]
2. ASSOCIAÇÃO DOS GEOGRÁFOS BRASILEIROS – AGB. Relatório dos Impactos Socioambientais do Complexo Industrial Portuário de Aç. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <http://www.agb.org.br/documentos/Relatorio_dos_Impactos%20socioambientais_do_Complexo_Portuario_do_Acu_AGB_14092011.pdf>. Acesso em: 01/07/2015
3. DCOSTA, Heitor Scalabrini. COMPLEXO DE SUAPE: 36 ANOS DE UMA TRISTE HISTÓRIA. Recife. 2014. Disponível em: <http://forumsuape.ning.com/profiles/blogs/complexo-de-suape-36-anos-de-uma-triste-historia>. Acesso em 30/06/2015.
4. DOMINGUES, Renata Cordeiro et.al. A Vulneração Socioambiental Advinda do Complexo Industrial Portuário de Suape: a perspectiva dos moradores da ilha de tatuoca – Ipojuca PE. In: 2º Simpósio Brasileiro de Saúde e Ambiente Desenvolvimento, conflitos territoriais e saúde: ciência e movimentos sociais para justiça ambiental nas políticas públicas. Disponível em: <http://www.sibsa.com.br/resources/anais/4/1404145748_ARQUIVO_Artigotatuoca-Rev.Tempus_Revisaoposparecer_resumido.pdf> Acesso em: 01/07/2015.



5. LITTLE, Paul E. I Encontro Nacional de Populações Tradicionais: uma experiência na formulação de políticas públicas no Brasil. DF. 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sobreministerio/orgaoscolegiados/orgaos-em-destaque/cnpct/arquivos/relatorios/PDF%20%20I%20Encontro%20Nacional%20de%20Comunidades%20Tradicionais.pdf/view>> Acesso em: 01/04/2015.
6. PORTO, Marcelo Firpo de Souza. Complexidade, Processos de Vulnerabilização e Justiça Ambiental: Um ensaio de epistemologia política. Revista Crítica de Ciências Sociais, 93, Junho 2011: 31-58. Disponível em: <<http://rccs.revues.org/133>>. Acesso em: 30/06/2015.
7. SILVA, Marina Osmarina. Saindo da Invisibilidade: A Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais. In: Inclusão Social, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr./set. 2007. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/inclusao/index.php/inclusao/article/viewFile/91/98>>. Acesso em 29/06/2015.